



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25-05-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2023.

Esta audiência tem como objetivo debater as metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2023, atendendo ao disposto no artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline) e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência pública foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo* no dia 17/05/2022 e *Folha de S.Paulo* no dia 22/05/2023; e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 04/05/2023.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 16/05/2023 no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual).

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Ricardo Ezequiel Torres, Secretário Municipal da Fazenda, acompanhado dos Srs. Ricardo Sakamoto, Chefe da Assessoria Econômica; e Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro Municipal. O Sr. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário do Orçamento, encontra-se a caminho desta Casa.

Também foram convidados os Srs.: Eduardo Tuma, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que será representado pelo seu assessor, Dr. Adriano Cremonesi; Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Bom dia, Secretário.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Bom dia, Presidente.

É uma satisfação mais uma vez estar nesta Casa de Leis.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Agradeço mais uma vez ao senhor e à sua equipe, que comparece de forma presencial. Imediatamente, já passo a palavra ao senhor, para sua exposição.

Neste momento, abro as inscrições; e, ao término da exposição e fala do Secretário Ricardo Torres, encerraremos as inscrições. Mais uma vez, muito obrigado, Secretário, pela presença. Tem a palavra.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Presidente, eu que agradeço.

É motivo de muita honra para mim, nessa condição de Secretário Municipal da Fazenda, poder apresentar os resultados do primeiro quadrimestre de 2023 da gestão do Prefeito Ricardo Nunes nesta Casa de Leis, à qual a gente deve absoluto respeito.

Todas as vezes em que falo sobre a questão orçamentária – tenho a oportunidade de lecionar sobre o tema –, digo que o Parlamento é o verdadeiro *locus* do orçamento. Então, realmente, para mim, este é um momento muito especial por poder fazer esta apresentação aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

Agradeço ao Presidente pela passagem da palavra e aos Vereadores que estão presentes. Já identifico o Vereador Isac Felix, a quem agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vou anunciar, pois não verifiquei. O Vereador Isac Felix está *on-line*? (Pausa) *On-line*.

Bom dia, Isac, nosso Vice-Presidente. Há mais algum Vereador presente? (Pausa)

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Enfim, agradeço a oportunidade também a todos os Vereadores que eventualmente nos acompanham e que, no curso desta exposição, estejam presentes.

Nós temos uma apresentação, como de costume.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário, só uma pergunta inicial. A dúvida é se vocês estão no *site*. É isso?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Nós estávamos em processo de publicação.

(Pausa) No dia 30. A informação é em primeira mão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Os demonstrativos, *né?*

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Que é o prazo legal para que essa disponibilização seja feita.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Que é o prazo final.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – E, a rigor, dia 25, que é a data de hoje, foi uma determinação aqui da nossa Comissão de Finanças, a que a gente prontamente atende, para trazer em primeira mão para o Legislativo e também para prestação de contas à sociedade que nos acompanha certamente por esta audiência pública.

Então, aqui, só para esclarecimento geral: o que nós temos, Presidente, como de costume, é uma apresentação, de modo bastante sintético, evidentemente e que possa ser didática para todos a respeito dos resultados. Os demonstrativos demonstram a amplitude geral da questão do cumprimento do quadrimestre, do relatório de gestão fiscal. São números, são basicamente relatórios bastante substanciosos, que ficam lá disponibilizados. Aqui é uma síntese, para que possa haver uma apreciação mais objetiva de todos, mesmo para aqueles que não tenham o conhecimento tão profundo da temática orçamentária.

Bom, como o Presidente já destacou, essa audiência pública tem, por objetivo, demonstrar a avaliação e o cumprimento das metas fiscais.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Próximo: do primeiro quadrimestre de 2023.

Então, eu divido a exposição, como de costume também, em três tópicos. O primeiro deles vai cuidar das receitas; o segundo, das despesas; e, na sequência, nós vamos falar dos resultados propriamente ditos. O objetivo central desse primeiro tópico é mostrar a execução orçamentária, sempre na perspectiva do primeiro quadrimestre, de modo que, na sequência, nós vamos ter o primeiro *slide*, que mostra a receita consolidada. A receita consolidada, no município,

nos meses de janeiro a abril, está dividida entre receitas correntes de capital e intraorçamentárias. Há uma variação no quesito das receitas correntes, nesse quadrimestre, em relação a 22 para 23, de 8,3.

O que eu queria destacar aqui? Uma relativa desaceleração no crescimento das receitas correntes. Isso aqui certamente tem alguma referência com o cenário econômico e evidentemente um acréscimo grande nos exercícios anteriores, o que faz com que a base de referência seja alta, no exercício de 22.

Então, há uma pequena desaceleração. As receitas de capital tiveram uma variação de 3,6, aqui já sem um incremento real, apenas nominal. As correntes ainda têm incremento real, acima da taxa de inflação. Como os senhores podem observar, a receita intraorçamentária tem um crescimento expressivo, de 226,9% heliponto desativado aqui da Câmara. Isso aqui são os efeitos certamente da reforma previdenciária, que foi implementada, que fez com que o município passasse a aportar recursos expressivos nos fundos criados, para poder dar sustentabilidade ao pagamento da aposentadoria dos servidores ao longo do tempo.

Como todos os senhores sabem, a reforma trouxe a previsão de uma série de contribuições extraordinárias do município, da cota patrimonial e a alíquota extraordinária também, para suprir as necessidades do Funfin e do Funprev, hoje praticada na ordem de 56% do Funprev e 8% do Funfin. Por isso há esse incremento expressivo aqui da receita consolidada.

O próximo *slide* trata da receita consolidada ainda. Já passamos aqui as receitas correntes.

Aqui, nós vamos detalhar, depois de ter visto o quadro da receita consolidada, a receita corrente, tendo uma divisão entre aquilo que é principal e multa e juros. O objetivo desse demonstrativo é mostrar o efeito do PPI que foi implementado há três anos e que hoje já começa a ter uma diminuição. Os senhores podem ver ali, no campo das multas e juros, uma queda dos 919 milhões que se arrecadam para 780 nesse primeiro quadrimestre, uma diminuição de 15,1%. Esse volume de receitas certamente também impactou aquele resultado que os senhores viram no *slide* anterior, de uma desaceleração da receita corrente, aqui fundamentalmente para

demonstrar que o PPI foi exitoso, mas, nesse exato momento, vai cessando aquilo que são multas e juros, que foi pactuado, de modo que a Administração deve avaliar, nos próximos tempos, a possibilidade de reabrir, porque essa receita não recorrente foi expressiva.

A experiência demonstrou aqui que foi muito útil para os cofres da municipalidade. Nesse *slide*, também é possível verificar aqui a receita das contribuições e aqui, com especial destaque para a questão previdenciária, o incremento na ordem de 64,4% no exercício de 22 para 23. Saltamos de um patamar de 730 milhões, no quadrimestre, para 1,1 bilhão praticamente, de fundamentalmente contribuições, em especial aqui, destaque à patronal da municipalidade para custeio da previdência municipal.

Há também aqui uma demonstração das demais receitas. Os senhores podem ver que a receita patrimonial teve ali algum incremento. Isso aqui nós vamos ver mais adiante, de forma detalhado, com relação às aplicações financeiras e, em especial, ao impacto do acréscimo da taxa de juros ao longo do tempo. A Selic, no patamar que temos hoje, tem produzido resultado financeiro. As demais receitas têm um comportamento relativamente comum, com uma oscilação não tão expressiva. As receitas de transferência, as outras receitas correntes ficaram em patamares aí de um não crescimento real, só um crescimento nominal de 2,9, 2,2%.

Então, esse segundo quadro, como eu disse aos senhores, é um detalhamento da receita corrente do município e o destaque aqui é exatamente o efeito das receitas não recorrentes, especialmente as de multas e juros.

Podemos passar para o seguinte e esse nos interessa especialmente, porque ele traz um panorama da arrecadação das receitas tributárias e de origem tributária. E aqui, que no papel de Secretário da Fazenda, o objetivo é tecer alguns comentários sobre o incremento das receitas e uma compreensão até econômica de qual é o fundamental objetivo dessas oscilações que a gente verificou nos quadrimestres.

Então, começamos aí pelo IPTU. No exercício de 2022, os senhores podem notar que, no primeiro quadrimestre, nós tínhamos lá um patamar de 5,934 bilhões de arrecadação. Saltamos aqui, em 23, para 6,048 bilhões, um incremento nominal de 1,9.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estão parcelando muito?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – A verdade é a seguinte, Presidente: nós tivemos aqui um índice de inadimplência um pouco acima do comum, 0,20% percentual acima do nível de abril e também uma queda, como o Presidente bem lembrou...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Uma abrupta queda.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Uma queda de 1,1 percentual.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nós estamos falando de 2022, do quadrimestre de 2022.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Isso. Aqui é o primeiro quadrimestre.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A comparação é sempre com o quadrimestre.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Exatamente. É muito importante destacar isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Senão, a gente faz confusão do fechamento do ano.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Eu estive aqui há dois meses, ao fim de fevereiro, justamente para apresentar os resultados integrados do ano de 22.

Aqui, nós estamos olhando o cenário, como bem destacou o Presidente, do primeiro quadrimestre de 2023 em comparação com o primeiro quadrimestre de 22. Por isso a receita de IPTU está nessa proporção, na casa dos 5,9, 6,048. E aí, como bem notou o Presidente, esse incremento não é expressivo por duas razões aqui que nós apontamos: um aumento da inadimplência na ordem de 0,2 percentual. E aí, Presidente, na linha do que você bem observou, 1,1 percentual de queda no pagamento à vista; ou seja, o parcelamento, de fato, tem sido levado a efeito, em maior medida, pelos contribuintes. Por isso, há esse incremento aqui nominal, que não representa evidentemente – os senhores sabem, pela inflação – um crescimento real, concreto. Então, isso é o IPTU.

Sobre o ISS, felizmente esse ainda é muito expressivo para a gente, viu, Presidente? Nós temos aqui uma variação de 22 para 23 – só comparando os dois últimos anos, no

quadrimestre, na ordem de 10,3. Aqui, nós temos um crescimento real. O ISS é o principal tributo, em termos de valorização no âmbito do município. Nossa competência tributária é focada na arrecadação de ISS e aí é, de forma bastante proficiente, pelos auditores da nossa Fazenda Municipal, que vão buscando ampliar a base de arrecadação, dentro evidentemente da legalidade, e evidentemente aqui também há um incremento da economia de serviços, que faz com que o ISS se torne uma fonte de receita muito importante.

Aliás, queria aproveitar a oportunidade aqui – quando estamos falando de ISS, em momento de reforma tributária – para ressaltar a relevância desse tributo para a arrecadação municipal, mantendo essa competência no plano das municipalidades, porque, para o município de São Paulo, a gente tem estimativas e – em uma eventual reforma que, em alguma medida, nos tolha aí a competência plena sobre o ISS, incorporando isso, no IVA – e faz com que a gente possa ter uma queda abrupta de arrecadação.

Então, aqui, eu gostaria de investir um certo tempo para explicar aos senhores que esse incremento que a gente vem observando também tem correlação não só com a economia de serviços, que cresce, mas, em especial, também com alguns setores aqui do município, que têm apresentado expressivo incremento.

Então, aqui, notadamente, é evidente para todos que a construção civil teve aí um novo fôlego, no ano passado, e especialmente nesse primeiro quadrimestre. Isso impacta aqui na arrecadação do ISS, em setores da tecnologia da informação, intermediação via plataforma digital e transporte de passageiros também no âmbito local. Todos esses têm contribuído para essa expansão aqui, não só nominal, mas também real, no patamar de 10,3. É o tributo que mais cresce, aquele de competência própria, como os senhores podem observar por esse quadro de arrecadações tributárias.

Muito bem. Na sequência, o ITBI também denota aí um incremento da atividade de transferência de bens e imóveis, especialmente também conectado com essa questão do setor de construção civil. Ele apresentou um ligeiro acréscimo em termos nominais e reais, aqui notado nominal de 8,3, saltando dos 894 milhões para 968 milhões, na comparação entre 2022 e 2023,

no primeiro quadrimestre. É um tributo bastante relevante e que tem apresentado, como eu disse, um resultado aí relativamente satisfatório.

Não tem a relevância que tem, do ponto de vista de arrecadação como o ISS, mas a gente tem identificado, na Subprefeitura de receita, um aumento na quantidade de guias de pagamento, que se reflete nesse número também, portanto, da arrecadação, nesse primeiro quadrimestre, de guias de pessoas físicas. Então, isso mostra aqui que há um aquecimento desse mercado de transferência de imóveis. Então, o ITBI também é notado.

Vejam que dos tributos que falamos aqui, os principais que a construção nos atribui a competência plena, são IPTU, ISS e ITBI. Notadamente, o ISS é o mais relevante. O IPTU está com crescimento aí, tímido, na verdade, por conta desses dados de inadimplência de parcelamento.

Aí, passamos aqui às arrecadações de origem tributária já em caráter de transferência, o imposto de renda, cuja cota parte é atribuída ao município. Houve aqui um incremento na ordem de 9,6%. Isso aqui também são reflexos do aumento da base da massa de remuneração dos servidores.

Os senhores sabem que essa competência é da União, mas, por determinação constitucional, há uma transferência obrigatória da União para o município, relacionado àquilo que é arrecadado de Imposto de Renda fonte dos servidores. E como há um incremento da massa de arrecadação, da base de remuneração dos servidores, também essa base serve para arrecadação, de modo que verificamos aí um crescimento de 9,6% também em caráter nominal, mas representa um crescimento real desse tributo transferido.

Sobre o fundo de participação dos municípios, a despeito, temos tido aí uma ligeira diminuição do nosso percentual de participação no bolo geral. Também representou um incremento de 9,5%, saltando dos 170 para 186 milhões. Sempre aqui é o primeiro quadrimestre, para termos como referência.

Sobre o ICMS e o IPVA, transferências do Estado, cota parte, metade do IPVA e 25% nos critérios da legislação estadual à transferência representaram, no caso do ICMS, uma ligeira

queda. Eu diria que houve uma queda até expressiva, 16,6%, de 3,2 para 2,7. São 500 milhões.

Esse número é expressivo, sim. Os senhores notam que, nesse quadro de arrecadações tributárias, é mais destacado, a redução de menos 16,6% no comparativo com 2022.

Quais são as razões disso? Uma série de alterações, na legislação, no plano federal, como decorrência da lei complementar nº 194/2002, que diminuiu a base de arrecadação. Na verdade, é a alíquota, para alguns setores importantes da arrecadação do ICMS. Notadamente, combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público caíram de patamares na ordem de 25% para 18%. Então, essa redução da alíquota teve impacto na arrecadação dos Estados e obviamente na transferência para os municípios.

Além disso, em algumas medidas adotadas pelo Estado de São Paulo, no exercício da sua competência própria com relação ao ICMS, relacionado ao etanol, houve uma redução aqui para comercialização também de gás de cozinha, da alíquota do ICMS, num incidente para essas operações. E aí há algumas repercussões de decisões judiciais no âmbito do STJ e do STF sobre o que integra a base de cálculo. No primeiro momento, uma decisão do STJ que excluiu o truste e depois o reestabelecimento disso pelo STF, mas aí houve um período de dois ou três meses entre uma decisão e outra. Fizeram com que houvesse também uma redução da base de arrecadação do ICMS.

Cumprimento aqui o Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Registro aqui a presença do Vereador Rinaldi Digilio conosco.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – É uma satisfação, Vereador Rinaldi.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu acho que optaram aqui por não pagar IPTU e pagar – já indo para a próxima coluna sua – o IPVA.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Para o IPVA.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A população optou por IPVA e não pelo IPTU.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Exatamente, Presidente.

Mas aqui, possivelmente seja isso. A pessoa, em uma dificuldade, acaba escolhendo o que fazer com o orçamento local. O orçamento é sempre uma escolha, não é, Presidente? Por isso que esse é o *locus* adequado, o Legislativo, para que, quem representa o povo, faça, mas, falando do IPVA, a razão aqui que a gente identifica pela nossa Assessoria econômica, com apoio da Aseco e da Secretaria da Fazenda, é que a base de cálculo aumentou, na ordem de 10,77, a base de cálculo da arrecadação geral do Estado.

Isso pode ter relação com os métodos de pagamento, que fizeram com que eventualmente mais recursos ingressassem aos cofres do Estado, por uma não remuneração do meio de pagamento, mas evidentemente isso está no noticiário. Acho que os senhores têm acompanhado.

Senhoras e senhores, eu sempre me refiro usando a língua portuguesa para facilitar a fluidez aqui da nossa exposição. O que existe, na verdade, é um incremento do preço dos veículos e obviamente, em razão disso, a base de cálculo do IPVA também se mostra mais expressiva.

Então, esse quadro, como eu disse aos senhores, tem, por objetivo, e eu me detive um pouco mais nele, elucidar as principais fontes de arrecadação do município, que são de caráter tributário e trazer razões aqui de ordem econômica identificadas pela nossa Secretaria, para justificar esses incrementos ou eventuais oscilações negativas nos patamares de arrecadação.

Vamos passar para o próximo *slide* e aí, eu vou agora adentrar na análise das receitas de capital.

Muito bem. No tocante às receitas de capital, nós temos aqui e já chama bastante atenção uma explicação na nota de rodapé: o salto no patamar de 3 para 106 milhões no primeiro quadrimestre de 22, em comparação a 23. Isso dá 3.671,8%, um valor bastante expressivo e aqui há uma razão muito específica, que é o ingresso de recursos relacionados a uma desapropriação promovida pela Prefeitura de Osasco contra a Cohab, ou seja, o procedimento de desapropriação foi levado a efeito e a Prefeitura de Osasco integrou aí, aos cofres da

municipalidade de São Paulo, 106 milhões, relacionados a esse processo. Então, é a principal oscilação aqui, a mais expressiva.

Há amortização de empréstimos. Em valores absolutos, não é tão expressivo. De sete pulou para oito bilhões, mas, mesmo assim, isso representa um incremento de 17,9.

As transferências de capital para, evidentemente, realização de despesas de capital aqui sofreram uma ligeira queda, e as outras receitas de capital também tiveram uma queda de 7.7%.

Aqui, com destaque para as outras despesas, a nota de rodapé deixa claro que são relacionadas a depósitos judiciais, outorga onerosa e operações urbanas, entre outras. Esse é um esclarecimento do quadro de receitas.

Como eu disse a todos, o primeiro quadro geral da nossa exposição se refere a receitas. Agora, passemos às despesas.

Despesas consolidadas. O quadro geral, sempre com destaque para o fato de que estamos falando de quadrimestre, mostra a divisão clássica da Lei 4.320, entre despesas correntes e despesas de capital. No primeiro quadrimestre de 2022, vemos um patamar de arrecadação 19,147 e, em 2023, 23,927, que é um incremento da ordem de 25%. A Secretaria da Fazenda evidentemente sempre tem a preocupação fundamental com o crescimento das despesas correntes. Esse patamar é aceitável, tendo em vista a situação financeira que a gente tem observado, mas, se os senhores observarem, o crescimento dos anos anteriores mostra uma certa elevação.

Obviamente, isso já sinaliza para nós, como veremos nos próximos *slides*, que há um incremento das despesas de costume – não só de pessoal, pela política de revalorização da massa salarial que foi implementada no exercício de 2022 e que segue agora em 2023 – sendo levado a cabo pela Secretaria de Gestão com os sindicatos da categoria, especialmente também com outras despesas correntes relacionadas ao custeio, o que mostra o compromisso da gestão de ampliar os serviços públicos colocados à disposição da população, melhorando a qualidade das vias, da limpeza e de uma série de outros itens que afetam a população paulistana.

Mais especialmente, e esse é o dado relevante que nesse primeiro quadrimestre eu já queria destacar – e nós vamos ver isso de forma mais detida logo adiante –, há um incremento grande despesas de capital, o que sinaliza no sentido de que a Administração tenha conseguido ser efetiva em ampliar o investimento público, e esse valor se traduz em um incremento da ordem de 52,9%. Saímos do patamar de 736 milhões para 1,125 bilhão no primeiro quadrimestre. Evidentemente, as despesas correntes têm uma certa regularidade e, por isso, o volume de gasto no primeiro quadrimestre guarda uma certa correlação com os seguintes, e os senhores vão ver isso nas próximas apresentações que serão feitas aqui ao longo do ano.

A despesa de capital tem o fluxo do gasto, que diz respeito fundamentalmente ao tempo de duração dos seus contratos, mas isso já mostra, em relação aos 736 milhões de 2022, esse incremento de 52,9%, que a Administração tem sido efetiva em implementar investimentos importantes para a nossa cidade.

Esse primeiro quadro – que traz uma peculiaridade de observações que foram trazidas em audiências públicas anteriores, feitas por quem participou – apresenta a inclusão da despesa intraorçamentária, que fundamentalmente aquela despesa relacionada a movimentações dentro do próprio orçamento, com especial destaque para a contribuição patronal.

O segundo *slide*, também nomeado de despesas consolidadas, exclui a despesa intraorçamentária. Portanto, a variação sai do patamar de 25 para 17,8 nas despesas correntes, mas o patamar de investimento é o mesmo, de 52,9, porque claramente a despesa intraorçamentária é mais expressiva no componente dos 25% do que a não intraorçamentária. Isso significa que boa parte da reforma da Previdência está refletida nesses patamares de despesa corrente, com o incremento da contribuição patronal do município.

Isso aqui é para dar uma visão da evolução da despesa corrente, tanto considerando os efeitos da reforma quanto não considerando esses efeitos. Ainda assim, o patamar de incremento das despesas Correntes está bem do que o dos anos anteriores, chegando a 17,8%, quase a 18%, o que reflete que o gasto tem sido levado a efeito pela Administração para tentar

se traduzir em serviços para a população.

No *slide* seguinte, nós temos as despesas correntes liquidadas. Aqui, há também uma visão em dois quadros. No primeiro, da despesa corrente liquidada, considerando a despesa intraorçamentária, como pode ser observado pela nota de rodapé no fim do quadro e da tabela. Isso sinaliza já uma abertura das despesas correntes. Se o quadro anterior trazia consolidadas as despesas correntes e de capital, este abre a conta de despesas correntes nas rubricas de pessoal e encargos, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes, sendo despesas de pessoal e encargos divididas também entre ativos e inativos.

Olhando a despesa corrente liquidada e considerando as despesas intraorçamentárias, daquele incremento, verifica-se que o percentual da despesa com pessoal que contribui para aqueles 25% é da ordem de 21,3; ou seja, saímos de um patamar de 8,761 bilhões em 2022 para um patamar de 10,629 bilhões, um incremento bastante expressivo do gasto com pessoal. Como os senhores vão observar, isso é graças evidentemente ao espaço fiscal que existe no nosso orçamento para um incremento de despesa com pessoal. Os ativos saltaram de 5.259 para 6.752; ou seja, praticamente 1,5 bilhão de incremento de despesa com pessoal ativo, sendo de 28,46 o percentual de oscilação. Os inativos também tiveram incremento na ordem de 10,7%, saltando de 3.502 para 3.876.

Um dos encargos da dívida, graças à negociação que foi levada a efeito no curso do ano passado entre a municipalidade no governo central – tendo o Prefeito Ricardo Nunes se empenhado pessoalmente nessa negociação da dívida do Campo de Marte, que todos conhecem, porque foi fato notório – aqui já é sentido com a queda dos juros de 98 milhões para 34 milhões, uma oscilação de 65,3% com o que a municipalidade gastou com juros e encargos da dívida nesse primeiro quadrimestre.

Um destaque especial bastante relevante que também traduz um incremento do custeio, especial e notadamente em relação aos serviços colocados à disposição da população, é que as outras despesas correntes saltaram de 10,2 para 13,2; ou seja, um incremento de 29,9%, quase 30%. A Administração tem se empenhado em fazer os esforços necessários para

gastar em investimento e em custeio.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Além do Recape, o que mais?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – O Recape entra na despesa de capital. Na sequência, eu vou falar um pouco sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – No dia 1º, você terá oportunidade de trazer esse assunto detalhadamente.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Sim, porque a LDO já é para o próximo ano.

Mas agora, eu posso assegurar que, fundamentalmente, as atividades de custeio, como o Recape, citado agora pelo Presidente, é gasto com transporte, como está me apontando o Henrique. Então, no primeiro quadrimestre de 2022, houve um gasto de 1,45 bilhão com subsídio de transporte, que saltou para 1,8 bilhão; ou seja, para 400 milhões. Vejam que, em termos nominais, esse é um valor expressivo dessa diferença de quase 3.

Na área da saúde, o gasto com todas as OS, Organizações Sociais, também teve um incremento. No período de 2022, de 5.074 para 5.934, número acumulado até abril. Aqui, todas as OS, não só as da saúde, mas também as da educação, as da assistência e as da cultura. Enfim, houve um incremento na ordem de pelo menos uns 900.

Praticamente, nós identificamos os valores mais expressivos do incremento, da despesa de custeio, da despesa corrente no campo do subsídio no transporte, da ordem de 400 milhões, e o no incremento das atividades em diversas áreas de fim, como a saúde, a educação e a assistência, atingindo o patamar de quase 1 bilhão, que é exatamente esse reflexo de 28,9% de incremento.

Então, de modo geral, a despesa corrente saltou, que são os totalizadores ao final do quadro. O quadro das correntes liquidadas, como eu já tinha dito, exclui a despesa intraorçamentária.

Esse segundo quadro das despesas correntes mostra que esse patamar não é de 25%, como verificado no quadro geral, mas sim de 17,8%.

Aqui, de novo, a nossa assessoria optou por dividir a apresentação e quando falamos

de despesa, pelo especial impacto que a reforma trouxe, há sempre dois *slides*; um deles cuidando da despesa corrente total e o outro excluindo a despesa intraorçamentária, como verificado nos dois quadros anteriores. Por isto estes quatro *slides*: justamente para mostrar o efeito do que representa a contribuição patronal. Portanto, saímos de um patamar de crescimento dos 25% para aqueles 17,8% do crescimento das despesas correntes. Só para deixar isso bem elucidado.

Já que a despesa de pessoal foi impactada de forma substancial, como todos viram, eu fiz uma série de referências do que foi, com o apoio desta Casa Legislativa, a aprovação de uma série de leis que incrementaram a remuneração dos servidores públicos municipais – evidentemente por um encaminhamento do Executivo: prêmio de desempenho educacional, Decreto 60.967, obviamente depois baseado na lei; na sequência, a Lei 17.673, que é o programa de residência na gestão pública; a Lei 17.721, que criou o novo quadro de pessoal de nível médio básico; a Lei 17.722, que valorizou o vale-alimentação no exercício de 2021 e teve seus reflexos para os seguintes também; auxílio-refeição; gratificação do local de trabalho da educação; subsídio no quadro técnico de profissionais na área da Guarda Civil; o próprio incremento da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários, que também se aplica, de um modo geral, a toda a base dos servidores municipais; reestruturação dos Conselhos Tutelares, com o pagamento de abonos complementares, de abonos de compatibilização da educação; gratificação por local de trabalho na SMADS; criação de cargos de professor de educação infantil e revalorização da bolsa de estágio; prêmio de desempenho educacional; enfim.

Esta Casa de Leis, no ano passado, trabalhou muito em parceria com o Executivo para poder promover melhores condições aos servidores públicos, e isso se refletiu fundamentalmente no incremento da despesa de pessoal, que, no campo dos ativos aqui, no campo dos ativos, foi impactado em 28,4%.

Isto é importante notar: nós tivemos um incremento substancial comparativamente ao primeiro quadrimestre e sempre respeitando, evidentemente, os limites da Lei de

Responsabilidade Fiscal. No final, isso vai ficar evidente com os percentuais em relação aos limites de endividamento e de comprometimento no campo dos resultados.

Então, em relação às despesas correntes liquidadas, acho que é isso.

O próximo *slide* trata das despesas de capital liquidadas, que nos dá uma dimensão de como está o investimento. No primeiro quadrimestre comparativo, 2022/2023, saltamos de 356 milhões para 997 milhões, quase 1 bilhão, o que representa um incremento de 180% no primeiro quadrimestre. E em que áreas esses investimentos têm sido realizados? Um especial destaque para as áreas urbanismo, habitação e educação. Observando esse investimento por órgão e para dar algumas referências –, a Secretaria Municipal das Subprefeituras apresentou um salto de um investimento de 3 milhões para 474 milhões. Como bem disse o Presidente, a liquidação da despesa está fundamentalmente relacionada ao Programa de Recape, que atingiu um patamar de 466 milhões dos 997 milhões; esse é um grande programa do recapeamento que a gestão tem levado a efeito na cidade.

Na infraestrutura urbana, uma série de obras e intervenções em áreas de risco, que representaram um incremento da ordem de quase 40% comparativamente a 2022/2023, saltando de 73 milhões para 103 milhões.

A habitação saltou dos 18 para 50, fundamentalmente por conta do programa Pode Entrar e Programa Mananciais; 14 milhões no programa Pode Entrar e 30 milhões no Programa Mananciais.

A Secretaria Municipal de Educação tem incrementado a sua construção de CEIs, EMEIs, CEUs e EMEFs, saltando do 1 milhão do ano anterior para 53 milhões, um aumento bastante expressivo.

Então, esse gasto com investimento está focado fundamentalmente nessas áreas: urbanismo, habitação e educação.

Na amortização da dívida e inversões financeiras, não temos nenhuma despesa de capital relacionada a esse subitem, a essa sub-rubrica da Lei 4.320. Na amortização da dívida, que, como a nota de rodapé número 2 identifica, houve um decréscimo dos 380 milhões no

primeiro quadrimestre de 2022 para 128 milhões. Novamente aqui os efeitos da negociação do Campo de Marte e o impacto que isso teve nas contas do município.

Em relação ao investimento por função, só para citar um dado, a gente viu as principais funções e eu falei do órgão. Agora, em relação à função habitação, houve um salto de 67 para 142; ou seja, 112% por função mais expressiva. Na de transporte, 90, por intervenções também na área do viário.

No tocante à despesa, é possível ter um quadro geral, sendo que o último *slide* trata dos restos a pagar. E aqui, é importante destacar que o volume do restos a pagar, como o pessoal da Fazenda do município gosta de dizer, é um transatlântico e qualquer movimentação feita, tanto no campo da despesa como no da receita, leva um certo tempo para surtir efeito. Evidentemente, gastos com investimento exigem um campo para a execução, um cronograma físico/financeiro em relação àquilo que foi contratado e, em certa medida, gerou alguns restos a pagar em relação a exercícios anteriores, como sempre ocorre.

Mas esses são expressivos e demonstram, de fato, o volume expressivo de recursos que estão sendo empenhados na execução de investimentos na cidade.

E aqui, um dado importante. Encerramos o exercício de 22 – é aquela barra azul, logo, primeira – com 11.73 bilhões em restos a pagar. Processados, mas não processados. Esse quadro é esse. Isso no fim do ano passado. Estamos encerrando o quadrimestre com praticamente a liquidação de mais da metade disso e com uma perspectiva de que, no segundo quadrimestre, a gente avance expressivamente para praticamente zerar esses restos a pagar.

Então, queria notar o esforço da administração de cobrar resultado dos investimentos que vem sendo feito, cobrar o cumprimento dos cronogramas pelos contratados e dar vazão ao pagamento dos restos a pagar paralelamente, evidentemente, aos investimentos próprios do exercício que estão sendo pagos. Então, esse quadro tem o objetivo de demonstrar que é o fim desse quadrimestre, aqueles quase 12 bilhões representam apenas 5.8 agora a serem....

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Detalhe: esse quadro aí... é uma pergunta, se o senhor me permitir.

O que ocorre? Obviamente, não tem encargos aí, porque não se deixam encargos para pagar depois. Isso tudo para investimentos. Então, vamos lá, temos 11.700 bilhões, 5.3 pagos. Cancela contratos e aí, saldo... Isso são coisas em andamento, obras que estão andando.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Exatamente. É isso aí.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Fica sempre uma dúvida. Tudo em curso?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Sim. Tudo em andamento e aquilo que eventualmente não se realiza, vai ser objeto de cancelamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Porque esse é o grande debate que se faz.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, tem aí correndo para entregar de 11.739... bom, aí tem coisas consolidadas, claro. Então, já entregou 5.345.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – De pagamento dos restos a pagar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pode ter entregue mais coisas que estão ainda em processo de liquidação, efetivamente a entrega de obras, de serviços da cidade.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Aqui tem tudo nos restos a pagar que são do exercício anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O saldo a pagar representa coisas que estão em curso.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Que, na verdade, foram objeto do orçamento anterior empenhadas. Isso tem correlação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas tem coisa que nem começou. Pode ter eventos que nem começaram.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Na grande maioria, isso já tem...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pode ter uma UPA que ainda não se iniciou.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Mas, fundamentalmente, são despesas empenhadas que estão em...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vinculadas àquele projeto...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Sim.

Foram empenhadas, o projeto está em curso e agora está sendo objeto de liquidação e pagamento no exercício seguinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Essa é uma coisa muito importante. Nós estamos trazendo do ano anterior, é isso?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Foge do quadrimestre aqui.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – E essa é uma razão para falar – como nós vamos falar ao fim – também das disponibilidades de caixa, porque essa disponibilidade de caixa existente ela lastreia a despesa do exercício anterior. Então, na medida em que você...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – E, necessariamente, não é só do ano passado.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Esses restos a pagar são fundamentalmente de 22. Tem um saldo, um resíduo do exercício de 21. Nada tão expressivo. A gente até pode levantar para elucidar. Esse é um esclarecimento importante.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – De qualquer maneira, é o acúmulo que vem...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Que vem ocorrendo de orçamentos anteriores.

E aí, voltando àquela nossa observação de que o município é, de fato, um transatlântico em uma alegoria. Você ganha espaço para investimento que é exercício difícil de incremento da receita e redução das despesas: realização de uma reforma previdenciária com apoio do Parlamento, que foi combativo nisso para garantir a sustentabilidade das aposentadorias no futuro; renegociação de dívida abrindo espaço de investimento. Aberto espaço de investimento, inicia-se o investimento.

O investimento pressupõe: a contratação, evidentemente; a variação por órgãos de controle dos editais de contratação; do Judiciário. Essa é a dinâmica do gestor. O sujeito contratado começa a executar a obra. Executando a obra, isso transpassa o exercício e a liquidação vai ocorrer no ano seguinte, por isso o incremento, nos últimos anos, de restos pagar.

E, aqui, nosso objetivo era demonstrar que à despeito do estoque de 12, quando começamos o ano, agora, no primeiro quadrimestre esse volume de restos a pagar – que muito bem observou o Presidente e sua assessoria também – que contempla exercícios anteriores, foi reduzido drasticamente em um percentual até superior a 50%. Sinalizo que o horizonte é o de que isso, no próximo relatório, venha a ser trazido como um volume de recurso já pagos em expressão. Até porque toda a informação que temos dos órgãos fins, que estão executando essas despesas, é que o cronograma físico-financeiro tem sido fortemente exigido dos contratados para que isso se torne despesa paga.

Agora, temos maio, junho, julho, no fim de agosto já tem aqui, certamente, um dado. O objetivo nosso é demonstrar a diligência que o município tem tido em processar e pagar os restos dos exercícios anteriores e isso, evidentemente, é um sinal, na minha avaliação, bastante positivo de que os investimentos têm sido feitos e eles transpassam além do tempo e por isso esse fenômeno dos restos a pagar.

Perfeitamente? Posso seguir? Vamos lá. Então, o quadro das despesas é também agora superado. Vamos, ao fim, ao terceiro bloco da nossa exposição que demonstra os resultados que vão ser, de forma mais analítica, publicados até o fim do exercício de maio no *site* da Secretaria da Fazenda. Ficando, portanto, disponível a toda a população, como determina a lei.

O primeiro *slide*...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário, está conosco representando o Tribunal, o Sr. Adriano.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Aliás, agradeço a presença do representante do Tribunal de Contas, que no exercício das suas atribuições tem apontado, ao longo dos anos, uma série de ações à administração municipal, observações, recomendações, alertas, que contribuem com a gestão orçamentária financeira do município.

Sempre contribui, porque as instruções existem justamente para que sejam reforçadas a cada dia, que exerça seu papel. Sempre que temos alguma discussão técnica, no

sentido positivo, com o Tribunal de Contas é sempre muito produtiva para realização da despesa pública, apreciação da receita, enfim, para execução do orçamento municipal.

Obrigado pela colaboração dos técnicos também. Excelentes técnicos do Tribunal de Contas.

O quadrimestre do orçamento, abril de 2023, campo das receitas e das despesas. A divisão é entre receitas correntes de capital intraorçamentário. O orçamento atualizado em 23, no campo da receita, 95.885 é o totalizador.

Vejam todos que as receitas correntes estimadas em 82.208 foram realizadas em um percentual de 36.9, o que corresponde a 30.315 bilhões, ou seja, do que se estimou de receita corrente para o exercício, nesse primeiro quadrimestre, 36.9 já se verificou.

Se a gente fizer uma correlação com os demais quadrimestres, está muito perto dos 33.3% que é uma divisão meramente linear produziria. Evidentemente, o número é um pouco superior porque, todos sabem, que há um incremento da arrecadação pelos pagamentos à vista de IPTU e também transferências, especialmente da cota parte do IPVA.

Isso mostra que a estimação da receita feita na última lei orçamentária por um exercício muito proficiente da Câmara junto o Executivo está bastante dentro do padrão que se estimava. Isso vai se verificar também nos próximos relatórios. Mas isso é um indício muito importante.

No campo das receitas de capital, esse patamar é um pouco menos expressivo, mas também porque as receitas de capital não são tão relevantes aqui. Uma parte disso estaria lastreado em operações de crédito que são autorizadas e que ainda não foram exercidas por nós.

A intraorçamentária acompanha um pouco padrão da corrente, mas ainda um pouco abaixo até porque ela contempla contribuição, como eu disse, da cota patronal e, todos sabem, no campo das receitas e, portanto, despesas também quando a gente fala de intraorçamentária o adensamento ocorre ao fim do exercício, porque, além das 12 folhas, a gente tem a 13ª ao fim do ano. E isso tem impacto, porque intraorçamentária tanto no campo da despesa quanto no

campo da receita.

Vamos, portanto, às despesas. O orçamento aqui já atualizado com as suplementações feitas até o momento, saindo lá do patamar estimado no campo do equilíbrio dos 96 bi para 100, ou seja, uma suplementação praticamente de quatro bilhões de superávit de exercício anterior, já atualizando o orçamento para sua execução.

Aqui, vemos a execução da despesa corrente também em patamar de 27.7, um pouco abaixo do que é o patamar da receita ali, mas em proporção porque, de fato, no campo da despesa, notadamente, é o fim do exercício a despesa corrente ser adensa por conta da 13ª folha. Então, esse é o dado que se extrai no campo da despesa.

No campo da despesa de capital, 7,5%, um pouco abaixo do que a gente esperava, mas com potencial de crescimento ao longo do ano relacionado ao investimento, que está estimado no orçamento. Certamente também, por conta disso. A gente está liquidando muito os restos a pagar. Estamos fazendo empenho e liquidando despesas de capital e essa situação do investimento vai se normalizando mais ao fim do ano. E a intraorçamentária no patamar muito próximo da própria receita, porque tem que traduzir inclusive isso que mostra que de fato ela está compensada – a receita e despesa intraorçamentária relacionada a despesa de pessoal fundamentalmente.

Então, o resultado do período 8.5 bilhões é o resultado orçamentário consolidado daquilo que foi realizado para o que foi liquidado em termos de despesa. Só do período do quadrimestre. Esse é o resultado do período.

Aí, passamos ao resultado primário nominal no próximo *slide*, por favor. Como determina a legislação, o resultado primário e nominal do quadrimestre. Receitas primárias. Aqui o resultado: evidentemente, tem em conta a receita primária corrente e de capital que totaliza 28.7 bi e as despesas primárias pagas, mais restos a pagar processados pagos e aqueles não processados pagos. A despesa primária total remonta a 24.9 bi.

Resultado primário. Aqui, um superávit, que é a diferença entre a receita primária e despesa primária, de 3.7 bi, 3.795, 3.8. A meta fiscal definida por nós. Essa meta fiscal é anual.

Então, a meta que está aqui colocada. Até porque não dá para quadrimestralizar a meta. É até possível, mas a rigor, a gente foca no cumprimento da meta anual que vai ser demonstrado aqui, ao fim do exercício. Ela está definida em um déficit primário de 4.262 bi. Por quê? Porque a municipalidade tem potencial e superávit para gastar. Portanto, a nossa meta fiscal é um déficit para que viabilize o gasto de modo que, evidentemente, ele está dentro da meta, mas o que se persegue é ficar dentro da meta gastando além do que seja fixado, ou melhor, dentro da meta mais além.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Ah, faremos. Faremos porque precisa, sim.

Faremos porque é a meta estabelecida e a gente persegue a meta.

Esse resultado é primário. Então, quase 3,8 bi de superávit em relação à meta fiscal, que é um déficit de 4,2. E aí, o resultado financeiro que vem na sequência compondo a avaliação do resultado nominal com juros, encargos e variações monetárias ativas da ordem de um 1.5 bi e juros internos de variações monetárias passivos, que fazem parte do resultado financeiro negativo da administração. Esse número é, como destaquei no início da nossa apresentação, referenciado pela taxa Selic fundamentalmente é o que remunera o capital que hoje a gente tem disponibilidade financeira aplicada em instituições.

Então, fundamentalmente, isso aqui é o resultado financeiro produzido, o que faz com que o resultado nominal salte dos 3.795 para 4.4. Também dentro da meta que nós vamos perseguir baixar para poder atingir a meta de déficit nominal da ordem 7.1.

É importante destacar para todos que nos acompanham, Presidente, Vereadores, que esse resultado quadrimestral é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal para mostrar que a execução está dentro dos parâmetros orçamentários trazidos pelo Legislativo na Lei Orçamentária Anual. Mas, evidentemente, que o comportamento das finanças públicas tem uma certa sazonalidade, notadamente, no campo da receita arrecada-se mais no primeiro quadrimestre; no campo da despesa, gasta-se menos; e, ao último quadrimestre, o desencaixe é maior por conta e fundamentalmente da despesa de pessoal que é algo relevante no

componente da despesa.

Também, e aí eu posso atestar, no cumprimento dos gastos com investimento. Vai haver, certamente, o adensamento desse gasto ao longo do exercício, o que ficou evidente pelo processamento dos restos a pagar que a gente colocou aqui de quase seis bilhões e, fundamentalmente, de despesa de capital que é investimento.

Então, este quadro – que é o objetivo central da nossa apresentação – demonstra que as metas definidas são metas, digamos assim, em conexão com a situação financeira da cidade de produzir um gasto acima do que é o equilíbrio orçamentário do ano por existir disponibilidade para isso, mas é também um gasto que demonstra uma preocupação para sustentabilidade das finanças do município.

O Henrique estava destacando aqui e na época, eu não era Secretário, portanto não participei da exposição do ano passado, mas ele que acompanha isso de perto porque é o nosso Subsecretário do Tesouro. No ano passado, este volume era de menos sete bilhões. Então, estamos com menos quatro. Desculpe, o resultado primário é que está 3.78. Era sete. E o nominal também. Então, quer dizer, a gente já teve aí um decréscimo da ordem de 50% em relação ao que era o ano passado. Então, de quase sete para 3.7 o resultado primário. Vejam que isso, em certa medida, está crescendo. A meta está sendo buscada e atingida. Até porque é uma meta déficit e uma meta de déficit que tem que ser perseguida.

Obrigado, Henrique, pela colaboração de nos lembrar como era a situação no primeiro quadrimestre do ano passado.

Enfim, o último *slide*, por favor. Limite sobre a RCL, a receita corrente líquida, é o referencial base da Lei de Responsabilidade Fiscal para apreciação de todos os índices da administração municipal. Ele é a referência para despesas com pessoal, para garantias e para operações de crédito e também referencial para dívida do município.

Este quadro vem para demonstrar como é que está a situação do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em termos percentuais pela execução em curso.

Então, despesas com pessoalmente, limite máximo, como os senhores podem observar, é 60. O prudencial é 57. Os gastos totais da ordem de 30%.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Posso perguntar de novo?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – As terceirizadas estão aí?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Nós vamos disponibilizar esse dado, mas eu tenho algum relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vocês já conseguiram levantar?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Não. Nós estamos levantando. Sempre a gente levanta, Presidente. E sempre a gente sabe que é uma demanda recorrente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estou ajudando aqui.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Está ajudando.

É importante destacar que esse gasto, evidentemente, é apreciado basicamente com a despesa de pessoal direto, por isso percentual de 30. Traduzindo aí o que o Presidente tem apontado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Se ficar em 30, nós vamos dizer que é para gastar.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – O Henrique produziu um relatório na semana passada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas é interessante esse...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Aqui é só o Executivo, Presidente, porque a rigor estamos focados olhando a execução do nosso orçamento.

Então, despesa do Executivo, fechado o limite dois, porque esse é o dado concreto que nós temos apurado já das OSs e do Executivo. Então, a minha apresentação que ocorreu aqui, no fim do ano passado, mostrou um percentual de despesa de pessoal da ordem de 29%. Veja que estamos nos 30.7, já subimos de 29 para 31, e aqui é só Executivo, essa ressalva é importante. Mas só para dar uma ordem de grandeza para este momento, já responder a sua

pergunta, e depois de forma mais detalhada a nossa assessoria poder encaminhar esse dado, as OSs representam mais de 24,58%.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estava 47, eu acho, no ano passado.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – De modo que saltamos de 29, mais 24,58, ou seja 53.58% de despesas com pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então. Aí, fecharia com as organizações sociais em 53.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O custo.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – O limite para o Executivo é 54. Então, veja, nós estamos no âmbito do Executivo, beirando o limite se somar a despesa de pessoal direto com OS.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Do ano passado.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Então, do ano passado. Estou dando a referência do ano passado, porque em relação ao quadrimestre não está apurada, mas isso é importante, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Bem destacado, porque é importante que fique claro isso também para a população.

Com o funcionalismo direto, 29%, é o índice de comprometimento da RCL, e 24.58, ao fim do ano passado, o que dá um total de 53.58, muito próximo dos 54%, que é o limite prudencial para o Executivo, o limite legal para o Executivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Como é que vocês conseguem separar o que é folha lá na organização social, o que é reforma, o que são outros tipos de aporte?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Esse dado, 24.58, é só folha.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Aí, tem outro detalhe, porque há verbas extras que não envolvem folha, repasses para reformas, algumas coisas...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Investimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu considero que é complexo fazer essa separação, mas acho que...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Precisamos muito da colaboração da Secretaria de Saúde para os detalhamentos disso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Concordo que vocês estão com 24... 24 que foi falado?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – 24.58.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – De repasse total, né.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – De repasse total.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nem tudo são encargos lá.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem alimentação, tem...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Como essas instituições operam fundamentalmente em estruturas da municipalidade, substituindo em certa medida a atuação do próprio Estado, fundamentalmente são despesas relacionadas ao custeio e ao grosso evidentemente de pessoal. Mas esse dado é passível de apuração, podemos perseguir...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Se conseguirmos um dia chegar nisso é importante para todos.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Sem dúvida, é medida de esclarecimento para toda a sociedade.

E por isso o Legislativo tem esse papel relevante, em momentos como esse, de exigir a exposição disso, além do que, inclusive, nos exige o próprio momento da Lei de Responsabilidade Fiscal de fazer esta apresentação, que tentamos tornar a mais didática e mais acessível possível a todos.

Mas é muito importante que esse dado venha cada vez mais a público. Está lá no nosso relatório sempre essa demanda. E sempre melhoramos as respostas que temos dado,

porque é uma apreciação relativamente complexa, que exige bastante da participação da área afim. Lembrando de que a Fazenda tem um corpo de profissionais muito qualificado, nós sabemos, mas com as limitações da própria atribuição, que é consolidar esses dados. Às vezes, o dado da área afim vem não tão suficiente quanto esperávamos.

Limite sobre a RCL, portanto, abril de 2023, só apreciando os limites, ainda o primeiro, despesa com pessoal, 30,71. Garantias, o que estabelece a resolução do Senado é de 22% da RCL, nós estamos em zero, praticamente não prestamos garantia às operações, de modo que tem um espaço enorme para que investimentos sejam feitos, eventualmente em projeto de concessão, PPP, em que o município vai ter de ser garantidor. Operações de crédito, o limite definido pela resolução do Senado é 16, também mantemos zero por cento. E o limite definido por resolução do Senado para antecipação da receita, 7.0%.

Esse é um quadro simples, porque praticamente todos os índices estão atingidos em relação à despesa e garantias de operações de crédito. E a RCL ali, que é a base para essa aferição, é apurada em um montante de 80.508, que é o valor nosso de referência.

O próximo quadro, ainda no campo dos resultados, traz à luz a dívida consolidada líquida. E aqui o comparativo é em relação ao último quadrimestre, portanto, dezembro de 22 e o fim do quadrimestre presente, abril de 23. A nossa dívida consolidada teve uma pequena oscilação por uma redução na dívida contratual, precatórios e outras dívidas, o estoque, está aqui também enunciado, uma pequena oscilação também negativa. Por isso a diferença dos 20.299 para os 20.074.

O que são deduções para o cálculo da dívida consolidada líquida, a disponibilidade de caixa bruta que oscilou ao fim de dezembro em 30.4 para 37.5, com a ressalva aqui evidente da arrecadação mais expressiva no começo do ano. Esse é um dado que precisa ser apreciado à luz dessa percepção. Os demais haveres financeiros um pouco mais expressivos, de 276 para 314. E aí o volume de restos a pagar processados, 1.709 ali, os processados. E depósitos restituíveis, esses são dedutores, aqui da dedução, então, a conta inversa. Isso nos leva a uma dívida consolidada líquida negativa de -12.4. Essa é a grande razão de todas as instituições que

apreciam os entes de cidades, entes subnacionais e nacionais, classificarem a municipalidade de São Paulo diferente do horizonte do país, com a nota “A” para o quesito dívida. E o quesito sustentabilidade da dívida, um chamado *trip away*, que o Prefeito tem propagado.

O que isso representa do ponto de vista concreto? Além da capacidade de investimento atual, a possibilidade de contração de dívida para investimento ao longo do tempo. E como viemos destacando, isso é fruto de um esforço diário de controle de gastos, mas fundamentalmente de alguns episódios relevantes, como a renegociação da dívida do Campo de Marte; uma preocupação crescente com o incremento do pagamento de precatórios, inclusive, uma anotação que nos foi feita pelo Tribunal de Contas. E que a Secretaria da Fazenda tem perseguido, não só pela ação da Procuradoria em parceria com a Procuradoria Geral do Município, mas também por mecanismos nossos lá, de buscar algum elemento dentro da própria estrutura da administração direta para amortizar esses valores de precatórios também. Temos estudado a possibilidade de usar nossa companhia, a SPDA, para esta finalidade também. Mas há uma normalidade em relação ao pagamento da dívida, fundamentalmente aqui a dívida de precatórios. E um crescente aumento deste pagamento, especialmente aqueles de caráter alimentar.

Então, isso demonstrado aqui, a dívida consolidada líquida, o referencial é de que temos a dívida negativa. E, portanto, quando se aprecia em relação à receita corrente líquida estimada, e aí tem de ser para o exercício todo, 80.508, é o que avaliamos, o percentual é negativo, inclusive, de 15,46. Então, perfeitamente dentro dos limites do que exige a legislação sobre dívida, até uma dívida negativa.

Isso fica mais claro, eu acho, em visual, no *slide* seguinte, que mostra o limite e a trajetória da dívida consolidada líquida. Então, esse *slide* mostra o limite e a trajetória da dívida consolidada. Ao longo dos anos, a linha azul demonstra os limites estabelecidos na Legislação Federal, o limite de endividamento atual na ordem de 120%. Estamos abaixo da barra de referência ali, com menos 15% em termos de endividamento. É sem dúvida uma condição, do ponto de vista das finanças, bastante favorável. O gráfico mostra que em momentos anteriores,

esse valor já esteve acima do patamar. E em um curto espaço de tempo, como disse, por esforços muito bem colocados da administração, uma sucessão de administrações, que culmina agora com a administração do Prefeito Ricardo Nunes, se materializa esse resultado abaixo da linha, portanto, uma dívida negativa.

Presidente, para não me estender mais, já fiz isso por praticamente uma hora, mas acho que o objetivo nosso era trazer de forma verbal, explicitada, essa apresentação. E obviamente ficar à disposição dos Srs. Vereadores, do Parlamento e da população para os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado pela paciência de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário.

Deixe-me fazer só três indagações. Encerro as inscrições, imediatamente vou passar a palavra para o Dr. Adriano Cremonesi. É sobre a arrecadação do ISS, que geralmente acompanha o PIB Serviços. Então, se houve variação do PIB Serviços para justificar a desaceleração do ISS. Pode ser que o senhor colocou e eu não peguei.

A segunda questão...

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Eu não tenho esse dado da variação do PIB Serviços, mas...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – E qual o percentual de recursos vinculados do caixa hoje. Aqui estou perguntando, não é só sobre o quadrimestre. E qual o percentual de recursos empenhados do caixa. Isso aí já fica registrado como três indagações minhas.

Então, passo imediatamente a palavra para o Dr. Adriano Cremonesi, que representa o Presidente do Tribunal de Contas Eduardo Tuma.

**O SR. ADRIANO CREMONESI** – Quero agradecer o convite, primeiramente, em nome do Presidente; Vereador Jair Tatto. Quero parabenizar o Secretário pela apresentação, e dizer que o Tribunal continua atento a essa parceria sempre salutar, as dificuldades que o controle externo também encontra, mas que sempre costumamos estar nessa parceria tanto com a Câmara, quanto com a Prefeitura.

Não tenho perguntas, mas quero só parabenizar e agradecer o convite.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quero agradecer também a Marilene Santos Cuba e o Edmilson Freitas Cuba, que são nossos intérpretes de libras. Obrigado.

Vamos às inscrições. Essa exposição aberta será publicada? O senhor pode nos deixar, ou vai publicar, Secretário?

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Presidente, está disponível desde já.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu digo aquela aberta, que vocês têm.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – A aberta, acho que ainda não temos condições de publicar, vai ser exatamente dentro do prazo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Dia 30.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Dia 30. Com muitos mais dados – aqui trouxemos dados brutos, inclusive, para poder atender essa data que é um pouco anterior ao resultado final da divulgação. Houve um esforço concentrado das áreas da Secretaria para trazer esses dados.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pode ter alguma atualização também.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – Acredito que não. Acho que são consolidados. Acredito que não. Não deve haver. Mas de forma mais analítica, só com a publicação no dia 30.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay.

Rapper Pirata e o Valter Machado.

**O SR. RAPPER PIRATA** – Cumprimento os legisladores em nome do Vereador Jair Tatto; funcionários públicos, cumprimento em nome dos funcionários da Câmara; e contra o genocídio da juventude *pop* periférica.

Há coisas básicas, é difícil ouvir estatisticamente que a cidade privatiza e ainda continua culpando os funcionários públicos dos altos encargos. E aí não entendo essas privatizações da cidade de São Paulo. E ainda tem uma moda da privatização, que eu privatizo, mas a cidade continua pagando para as pessoas. Aí, é um “puta” negócio, você pega o dinheiro

público e manda para um grupo, essas OSs.

E aí, quero complementar isso: precisamos de transparência desses valores das OSs. E aí, Secretário, não é você que vai resolver isso nesse momento, mas um conselho que daria, quando for apresentar para o LOAS, que venham os outros Secretários e apresentem o que estão fazendo com esse dinheiro público que está na pasta, porque é muito estranho não ter os dados claros. Aí, entro na pasta e falam: “precisamos privatizar as casas de cultura, porque estão dando problema”. Só que não sabemos qual é o problema, sendo que o dinheiro público está lá, o cargo está lá, e estão falando que é incompetente e precisa privatizar. Não está claro.

E aí, a gente vem com essas informações para a cidade de uma hora para outra. Alguém inventou que tem um problema financeiro, e sabemos que não tem. A cidade de São Paulo arrecada bem, com a inflação arrecadou um bom dinheiro, os cofres estão muito bem colocados, mas não tem transparência dos seus outros parceiros, Secretário. Não tem a transparência dos seus parceiros, porque quando está falando das OSs, nós não podemos falar só da saúde e nem da assistência social. Temos de ver nas outras Secretarias.

Não é transparente o dinheiro público na cidade de São Paulo. A sensação que tenho na cidade é de que existem verbas sobrepostas. O que quero dizer com isso? O Vereador coloca a emenda dele – estou falando o que é meu sentimento –, o Vereador coloca o dinheiro dele, aí a Subprefeitura tem o dinheiro para investir naquela obra, mas o dinheiro que foi colocado é uma emenda de um Vereador, e a Secretaria tem um orçamento. Não é claro isso na cidade. Por mais que vocês falem, não tem transparência na cidade.

E por que estou nesse lugar também? Os códigos que organizam as finanças é o Código Administrativo e também é o Código Penal. Os restos a pagar, precisa mostrar o que é resto a pagar, quais são esses negócios que não estão tendo continuidade. Precisa estar claro, na cultura, ficamos ouvindo pessoas: “ah, eu não recebi o dinheiro”, ou “a emenda não saiu”. E não sabemos o que é. Então, fica uma loucura.

Então, o que queria pedir, sei que é complexo o que estou falando, mas pelo menos quando for a LOAS, que venham os Secretários, que são seus parceiros, eles apresentem o

orçamento, não apresentar aquelas tabelas. Falar o que a Secretária de Cultura está fazendo com 800 milhões de reais, quais são as parcerias, quem está recebendo, quem não está recebendo, por que foi gasto, por que não chegou a tal gasto, porque as informações para nós são meio dúbias. Eu não sinto segurança.

E essa do resto a pagar, é difícil ouvir que tem um resto a pagar de uns anos. E se eu fiz um negócio com a Prefeitura, em 2022, e eu não recebi ainda. Eu, como empresário, tomei um prejuízo por enquanto, por causa desse resto a pagar. Eu entendo sobre as obras, mas tem resto a pagar que não é de obra, são coisas que já foram executadas. Se não for isso, não está claro, suave?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Valter Machado. (Pausa). Vou chamar três inscrições *on-line*: Hendrick Almeida Teixeira. (Pausa) Katia Souza. (Pausa) João Pedro Amorim Medeiros. (Pausa)

Okay, Valter, tem a palavra.

**O SR. VALTER MACHADO** – Bom dia.

Meu nome é Valter Machado, sou cidadão paulistano. Então, o que me chamou a atenção foi essa expressão renegociação da dívida do Campo de Marte.

Desculpe, acredito que estou muito desinformado sobre a questão, que é muito ampla. Porém, vou fazer uma referência pessoal de 2019, que eu solicitei o heliponto desativado aqui da Câmara, para realizar uma atividade lúdica, em 2019. Um xadrez humano, que é uma atividade lúdica que estou desenvolvendo, que é para ser uma brincadeira; porém, vamos brincar com um assunto muito sério.

O assessor do Presidente da Câmara, na época do Eduardo Tuma, me chamou para o meio do gabinete – que eu fiz um ofício solicitando isso. Aí ele olhou para a bolinha dos meus olhos e perguntou: “E se alguém quiser se atirar lá de cima?”. Eu consegui respirar e falei para ele: “Pô, eu estou propondo uma brincadeira. Eu vou ter que me preocupar com quem quiser se atirar lá de cima?”. Aí ele falou: “Então tá, vamos mudar de assunto”.

Voltando aqui para a sala: renegociação da dívida do Campo de Marte. Qual espécie de diálogo é possível com essa situação de 2009 e com a questão... Vai ser difícil precisar uma única questão dessa nossa vivência hoje, né? Porque, pegando o gancho da fala do Rapper Pirata, ele falou tanta informação.

Ô, Pirata, que falta de transparência você está mencionando, mano? Porque o tribunal... Continuo tendo essa parceria com a Prefeitura. É bom que mantenha. É isso mesmo?

Bom, desculpa. Eu lanço a questão e não há resposta. Uma exposição aberta publicada. Eu vou pensar nisso. Dados brutos para poder atender a data. Ah, é o Cronos que está mandando, né? Que tem que atender a data, e estamos atrasados. Então, é o Deus Cronos que está mandando.

Quem colocou esse prazo? Desculpem mudar o tom. Quem colocou o esse prazo? Ou vira estatisticamente. Então, estamos falando só de teoria. É isso mesmo?

Privatização. Transparência dos valores das organizações sociais. Tão simples isso, né? Estamos em 2023. Hoje, é 25.

Eu vou finalizar mencionando o espaço em que eu durmo nos últimos cinco anos: Rua do Ouvidor, 63. São processos. É uma soma de processos. Ou seria uma subtração de processos?

Desculpem, eu espero colocar algo objetivo antes da finalização dessa intervenção.

Precisa privatizar o quê? Já existe uma crítica tão ampla contra o neoliberalismo, que eu até digo e questiono: “Quem é Ricardo Nunes?”. Pô, que política é essa numa sessão formal?

São Paulo está dividida em 32 Subprefeituras, reconhecidas como regiões autônomas e independentes. É isso mesmo? Todo mundo com *home office* em casa, ninguém precisa se olhar. Vou confiar em quem? Ah, é o mundo digital. Tem até inteligência artificial que pode trabalhar para a gente.

Eu vou me encaminhar para o final, porque, senão, eu vou me estender muito.

Aqui em frente da Câmara Municipal tem uma passarela, depois da 23 de maio. No final, ou início, tem uma fachada colorida, que é a Rua do Ouvidor, 63. É uma ocupação que tem

um viés cultural e artístico que foi aberto em 1º de maio de 2014. Então tá.

O Ministério Público já está mediando uma causa entre o Governo do Estado de São Paulo, que é o responsável pelo edifício, a Prefeitura da cidade. E uma estimativa minha de 100 ocupantes, que são itinerantes. Cultura de rua. Metade da galera não fala direito o português porque são da América Latina. Então tá.

Quem manda naquilo? Estamos experimentando uma certa horizontalidade, porque ninguém manda. Virou casa da mãe Joana? Casa da sogra? Desculpem eu estar utilizando esses termos, mas é algo que estamos buscando. E é muito esforço. Tem muito perrengue. E nós estamos nos esforçando para nos manter. Já faz um tempo que nós não temos caso de violência interna lá.

E aí, pegando a Rua do Ouvidor, 63, com essa estimativa de 100 ocupantes.

Verbas sobrepostas.

Eu estou encaminhando o final, DJ Pirata, porque, depois, trocamos uma ideia lá fora.

Código Penal. Opa, então. Aqui. Qual é a Câmara que está me filmando?

Eu vou fazer a sociedade de espetáculo agora. Só via digital. Só virtual. Não importa mais a pessoa, porque estamos perdendo o olho a olho. É isso mesmo? Não tem mais homem. Não tem mais mulher também.

Então, eu estou ampliando muito o escopo dessa crítica.

Quais são os negócios que não estão tendo continuidade? Eu não lembro exatamente quem soltou essa frase. Mas para buscar uma certa especificamente, porque aí podemos partir desse pressuposto.

São 32 regiões, Subprefeituras na cidade, e cada uma com um Subprefeito. A última instituída foi Sapopemba. Trinta e duas casas são metade de um tabuleiro de xadrez gigante. É uma brincadeira o que eu estou propondo? É, com algo muito sério. Não é todo mundo que sabe brincar de xadrez. Eu digo que eu não aprendi a jogar, eu aprendi a brincar. E a proposta é que seja na brincadeira, porque, se é um assunto tão sério, como que vamos tirar uma onda com um

assunto tão sério? Pô, eu estou até trabalhando aqui, mano.

Para finalizar, existem provavelmente muitos helipontos desativados na cidade. Eu não tenho ideia de quantas casas de cultura existem atualmente na cidade; principalmente, com esse viés artístico e cultural alternativo de cultura de rua, como é o caso da Ouvidor, 63. E que talvez eu não possa falar por 100 ocupantes da Ouvidor, 63; eu posso falar por mim, e olha lá, porque teoricamente, na democracia, cada uma das pessoas precisa ser ouvida, exaustivamente. Se ela for o único voto contrário, para ter certeza de que ela não é a única pessoa com a razão correta.

Gratidão. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Secretário, para as suas respostas e considerações.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRE** – Presidente, primeiro, quero agradecer as contribuições do parlamento, dos Vereadores, notadamente, as suas, sempre muito proficientes. Quero registrar também o apreço pela população que se manifestou – o Rapper, o Valter. Agradeço as colocações deles.

Eu colhi algumas indagações e vou tentar, na minha manifestar final, responder a tudo, de uma única vez. E até observando o tempo que deve transcorrer de uma audiência. E mais do que isso: o meu dever de prestar esclarecimentos relacionados. Aqui, fundamentalmente, o orçamento, mas também, como representante da Administração, falar um pouco sobre os pontos que foram colocados.

No que diz respeito aos pontos de indagação do orçamento, notadamente os do Presidente, do montante de recursos que são disponibilidades de caixa, hoje – só para dar referência, 37 –, 20,5 bi são do Tesouro, os demais são fontes vinculadas. E, evidentemente, as fontes vinculadas exigem uma série de outros requisitos administrativos e legais para serem processadas. O gasto é relativamente mais controlado e mais, digamos assim, menos veloz, menos célere do que possa ser. Isso é só para dar a dimensão: dos 37, em termos absolutos, 20,5 do Tesouro, a diferença é de recursos vinculados.

O PIB de serviços é um dado nacional que traduz todos os setores; na verdade, todos os agregados do setor de serviços. O dado histórico que nós temos da Administração Municipal – isso ficou evidente em outras apresentações, mas também nesta – é que, de um modo geral, em termos bem grossos, a arrecadação de ISS cresce o dobro do que o PIB de serviços, o que mostra uma concentração expressiva da atividade de serviços no município de São Paulo. E esse, sendo o *locus* adequado, é importante ressaltar.

Eu vou aproveitar de novo, porque, boa parte do meu tempo tem sido consumido nos últimos tempos para poder representar a nossa cidade, buscando uma solução no campo da reforma tributária que assegura a manutenção dessa competência de arrecadação, que é do ISS, muito expressiva; até para ter autonomia municipal, que é o que diz a Constituição. O imposto é muito importante porque é a base de arrecadação no município é bem expressivo. Ou seja, temos um histórico de crescimento do dobro da arrecadação em relação ao PIB de serviço porque São Paulo concentra boa parte da atividade de serviço no país. É apenas para dar uma referência em relação ao PIB.

Sobre a transferência para os programas, que foi a fala do nosso colega, o Rapper Pirata.

As Secretarias têm a divulgação dos seus contratos e da execução própria na página própria, como você bem colocou. É evidente que o dado ali não é tão acessível do ponto de vista – não da acessibilidade mesmo, porque ele está disponível, a publicização exige, a lei manda que lá fique colocada; mas é diferente de uma oportunidade como essa, uma audiência pública em que você fala e o sujeito pode esclarecer. Aqui, o que me compete é esclarecer dados orçamentário-financeiros, e eu procurei fazer isso ao longo [da minha fala].

Aí, quero aproveitar a oportunidade para também destacar a relevância do Parlamento em promover audiências públicas com a participação da população, que é quem representa, para elucidar esses pontos. Então, eu levo isso como uma recomendação da minha perspectiva, em reunião com os meus colegas de outras pastas.

Mas, só para esclarecer, e isso é importante: a Prefeitura Municipal de São Paulo

tem, em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta na sua página própria, campos relacionados à transparência onde estão os dados da execução orçamentária, os contratos, os programas, com, evidentemente, a possibilidade que esse instrumento informático possibilita – transmitir esse conteúdo. Mas eu acho que aqui fica claro que é mais simples: ter o Secretário na sua frente para poder perguntar. Então, é só para dizer que existe o dado, ele está disponibilizado, mas é evidente que isso não supera a necessidade de se fazer uma audiência pública para falar do tema.

Com relação ao Valter, eu observei várias colocações que são fruto da sua manifestação sobre vários temas. Mas o que ele falou, fundamentalmente, foi sobre o Campo de Marte. E aí, rapidamente, só para explicar do que se trata.

É um acordo relacionado a uma área da Administração Municipal, um litígio com a União que há décadas existia; e que, no exercício de 22, com a homologação pelo Supremo Tribunal Federal, foi posto fim, possibilitando a redução de três bilhões ao ano da nossa despesa com o serviço da dívida. Então, a lei federal 14.409, publicada lá em 15/07, é que deu, no campo do orçamento da União, suporte a essa operação, por meio de um crédito orçamentário especial, e isso pôs fim a um problema crônico que a cidade enfrentava, que tirava praticamente quase 300 milhões por mês dos nossos cofres.

Então, obrigado pela oportunidade de explicar isso também.

Mais uma vez, temos reiterado isso: foi uma aquisição importante da cidade, com o apoio do Parlamento, que foi muito colaborativo e proficiente no diálogo com o governo central também.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Nós vamos nos encontrar dia 1º, e, depois, dia 13 novamente, para tratar sobre a LDO.

**O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES** – O mês de junho promete. Estaremos juntos várias vezes, Presidente. Vai ser uma honra.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay., então. Aí nos encontramos.

Obrigado, Secretário. Obrigado também ao Ricardo Sakamoto, que acompanhou; ao Henrique de Castilho Pinto. Obrigado ao representante do Tribunal de Contas, Dr. Adriano Cremonesi; a todos e a todas que nos acompanharam.

Encerrada a audiência pública.